

TCE-RJ
PROCESSO Nº 221.903-9/20
RUBRICA FLS.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA CONSELHEIRA SUBSTITUTA ANDREA SIQUEIRA MARTINS

PROCESSO: TCE-RJ No 221.903-9/20
ORIGEM: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

Artigo 84-A do Regimento Interno

Trata-se de **Representação, com pedido de medida cautelar**, formulada pela sociedade empresária Atmosfera Gestão e Higienização S.A., em relação a possíveis irregularidades contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 111/2020, elaborado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em prestação de serviços de higienização de roupas hospitalares processadas, compreendendo coleta, lavagem, desinfecção e devolução (entrega) de roupas no Complexo Hospital Universitário Pedro Ernesto - HUPE e Policlínica Piquet Carneiro - PPC, conforme especificação detalhada no Projeto Básico - Anexo 1, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses.

Sucintamente, na exordial apresentada junto a este Tribunal, a representante alega a existência das seguintes inconsistências, as quais fundamentariam a necessidade de suspensão do procedimento em apreço:

(i) Dimensionamento do quantitativo de roupa a ser processada inferior ao efetivamente necessário à execução do ajuste e falta de especificação da mão de obra, dos insumos e dos materiais que compõem a prestação do serviço;

(ii) Natureza divisível do objeto único licitado;

(iii) Ausência de exigência da licença de operação prevista no Decreto Federal nº 99.274/90, imprescindível à comprovação de capacidade técnica; e

TCE-RJ
PROCESSO Nº 221.903-9/20
RUBRICA FLS.

(iv) Contradição quanto ao critério de julgamento aplicável e uso de unidade de medida incorreta no sistema para lançamento de preços.

Tendo em vista o pedido de tutela provisória, presente na representação em análise, não constam dos autos manifestações do Corpo Instrutivo e do Ministério Público Especial, em conformidade com o procedimento previsto no artigo 84-A, §7º, do Regimento Interno desta Corte.

É o relatório.

Registro que atuo nestes autos por força dos Atos Executivos nºs 20.789 e 20.796, publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, nas datas de 04 e 11 de abril de 2017.

O Pregão Eletrônico nº 111/2020 envolve o serviço de lavanderia hospitalar e prevê que o pagamento será realizado com base no quantitativo médio mensal de roupa hospitalar higienizada, conforme disposto no Projeto Básico que compõe o instrumento convocatório¹. O cálculo do peso de roupa a ser processada no HUPE e na PPC, segundo o seu item 4.1.2.1, foi fundado na produção de 2015 a 2019, dividindo-se o valor total por quatro, tendo em vista o prazo de 48 (quarenta e oito) meses de vigência do ajuste a ser celebrado.

A ora representante, atual prestadora do serviço em questão no HUPE, alega que o consumo atual é superior ao estimado, o que compromete o orçamento previsto, essencial à avaliação da aceitabilidade e da exequibilidade das propostas eventualmente oferecidas. Além disso, o preço unitário tenderia a subir quanto menor for o quantitativo, prejudicando possível economia de escala.

Nesse aspecto, a empresa ainda se insurge quanto à caracterização do objeto licitado, a qual não traria especificações técnicas claras e objetivas, em violação ao art. 3º, II da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c arts. 14, 38, *caput* e 40, I da Lei Federal

¹ Disponível em: <<https://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga/EditaisLicitacoes/retiradaDeEdital.action>>. Acesso em: 03.08.2020.

TCE-RJ
PROCESSO Nº 221.903-9/20
RUBRICA FLS.

nº 8.666/1993, uma vez que não há descrição dos produtos que a futura contratada deverá disponibilizar, o que teria o condão de comprometer a competitividade do certame, pois cada empresa poderá mensurar de forma desigual seus reais custos.

A representante também afirma que o item 5.4 do Projeto Básico envolve o reparo e o reaproveitamento das peças danificadas, os quais deverão ser feitos por costureiras da eventual contratada, nas dependências da contratante. Tais atividades, no entanto, não estariam no escopo do objeto licitado, pois se tratam de serviço de mão de obra com exclusividade, já que deverá ser mantido um corpo de funcionários nas unidades hospitalares.

Além disso, segundo a representante o instrumento convocatório não estabelece o número mínimo de funcionários que devem ser colocados à disposição, tampouco suas funções específicas, o que seria imprescindível à composição do preço dos serviços. Quanto ao ponto, ressalta que o objeto licitado é de natureza divisível, pois abarca o serviço de lavanderia e o serviço de camararia, que se dá pela prestação de mão de obra para distribuição de enxoval nas dependências da contratante, os quais não devem ser incluídos em um único lote, especialmente em deferência à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

A sociedade empresária assevera, ainda, que o edital em questão foi omissivo ao não demandar licença de operação da lavanderia, que seria essencial à demonstração da capacidade técnica das licitantes e exigível com fulcro no art. 17 do Decreto Federal nº 99.274/1990, que assim dispõe:

Art. 17. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental,

TCE-RJ
PROCESSO Nº 221.903-9/20
RUBRICA FLS.

dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente integrante do Sisnama, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Por fim, a representante afirma que há divergências quanto ao critério de julgamento, estando previsto no item 3.1 o tipo “*menor preço global por lote*” e, no item 5.1, “*menor preço unitário*”. Ademais, aduz que, ao cadastrar a proposta no sistema, ocorre o seguinte:

O edital diz que a disputa será pelo valor global de 12 meses, mas o sistema está configurado errado, (...), o valor do kg estimado é unitário é multiplicado por 60.000 Kg da resulta em valor não correto.

Ao incluir os valores por mês, ele multiplica por 60.000 kg e resulta um valor estrondoso, quando na verdade, onde está 60.000 deveria ser 12, para multiplicar por 12 meses o valor estimado de para 60.000kg

No que tange ao quantitativo estimado - o qual não seria condizente com as necessidades atuais do HUPE -, a ora representante não juntou qualquer documentação comprobatória.

De outro lado, em análise à planilha de formação de preços (Anexo F do edital), é possível verificar que consta apenas o item genérico “serviço de lavanderia/rouparia”, não havendo qualquer referência à mão de obra necessária.

Em relação ao tipo licitatório, de fato, existe uma contradição. No item 3.1 do edital está assentado o tipo “*menor preço global por lote*. Já no modelo de proposta detalhe (Anexo 2 ao edital) só está previsto o lote 01 e o critério de julgamento é o do menor preço unitário (itens 1.1 e 5.1).

Quanto ao cadastramento dos valores das propostas, não é possível averiguar o problema suscitado. Todavia, cumpre deixar consignado que não consta no edital o valor estimado do certame, no qual simplesmente está definido, no item 5.2, que o “*preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE é a média obtida na estimativa prévia de mercado*”. Tal valor também não está expresso no site de compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro².

² V. <<https://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga/EditaisLicitacoes/detalhar.action>>. Acesso em: 03.08.2020.

TCE-RJ
PROCESSO Nº 221.903-9/20
RUBRICA FLS.

Destaco que, em consulta ao sítio eletrônico de compras do Estado do Rio de Janeiro³, verifiquei que o certame, o qual estava agendado para o dia 03.08.2020, encontra-se **suspenso**. As razões que deram ensejo ao adiamento da licitação, por outro lado, não estão disponíveis no sítio eletrônico.

Portanto, à luz do que se apresenta nesta oportunidade, reputo imprescindível promover a prévia oitiva do Jurisdicionado para apresentar esclarecimentos quanto às questões impugnadas. A UERJ deverá também encaminhar todos os documentos pertinentes ao certame, como eventuais impugnações e respectivas decisões, bem como a fase em que o certame se encontra.

Após o retorno do processo a esta Corte, com ou sem manifestação do jurisdicionado, pugno, ainda, pela prévia oitiva das instâncias instrutivas e do *Parquet* de Contas, após o que será possível deliberar sobre a concessão da medida cautelar.

Pelo exposto e examinado, em sede de cognição sumária, **decido**:

I – Pela DETERMINAÇÃO à Secretaria Geral das Sessões - SSE para que providencie, por meio eletrônico, a oitiva do jurisdicionado, franqueando-lhe o prazo de 03 (três) dias para que, na forma do prevista no art. 84-A, §§ 2º e 4º do RITCERJ, junte toda a documentação pertinente ao certame, como atas das sessões, eventuais impugnações e recursos apresentados e suas respectivas decisões, especificando a fase em que ele se encontra, e se manifeste quanto às irregularidades trazidas à baila pela representante, notadamente apresentando esclarecimentos quanto:

I.1 – Ao quantitativo estimado, especialmente em comparação ao atualmente necessário à prestação do serviço no HUPE;

I.2 - À necessidade de especificação da mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários à execução do objeto licitado;

³ Disponível em: <<https://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga/EditaisLicitacoes/detalhar.action>>. Acesso em: 03.08.2020.

TCE-RJ
PROCESSO Nº 221.903-9/20
RUBRICA FLS.

I.3 - À suposta divisibilidade dos serviços a serem contratados;

I.4 - À imprescindibilidade de licença de operação prevista no art. 17 do Decreto Federal nº 99.274/1990 para a comprovação da capacidade técnica das licitantes;

I.5 - Ao critério de julgamento aplicável ao certame;

I.6 - Às dificuldades enfrentadas pela representante no cadastramento da proposta; e

I.7 - Ao valor estimado do procedimento; e

II – Pela DETERMINAÇÃO à Secretaria Geral de Controle Externo - SGE para que proceda à análise dos autos, levando-se em conta a resposta eventualmente apresentada pelo jurisdicionado, com posterior remessa ao MPE, cabendo a cada órgão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, retornando em seguida ao meu Gabinete, nos termos do § 6º, do art. 84-A, do Regimento Interno deste Tribunal.

GA-2,

ANDREA SIQUEIRA MARTINS
CONSELHEIRA SUBSTITUTA